



**Socinal S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2017.**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2017

Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes e Investidores.

Os administradores da Socinal S.A. – Crédito Financiamento e Investimento, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentam suas demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, acompanhado das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

1. A Instituição

Neste primeiro semestre de 2017 a Socinal Financeira prosseguiu com a franca expansão de seus serviços de estruturação para investidores em busca de acesso aos mercados de crédito e dívida, despontando como uma das principais instituições financeiras a apoiar plataformas de crédito online e outras empresas de tecnologia financeira. A estratégia da Socinal vem se mostrando bem-sucedida, posto que estas parcerias com *fintechs* permitem a expansão e oferta dos produtos da Socinal em âmbito nacional e aos mais diversos nichos de mercado, diversificando nossas fontes de receita e diluindo riscos de concentração por setores e regiões. Ao mesmo tempo esta estratégia também oferece maior oferta e diversificação de produtos para a sociedade, enquanto estimula a concorrência no Sistema Financeiro e a inclusão financeira de setores frequentemente negligenciado pelos canais de crédito e bancários tradicionais.

A carteira de crédito total atingiu R\$ 80,5 Milhões neste semestre e demonstra estabilidade de crescimento em termos absolutos, frente ao primeiro semestre de 2016.

Se considerarmos apenas os ativos proprietários, exceto os vinculados, há um decréscimo de 2,6% em comparação com o mesmo período de 2016.

Continuamos a colher bons frutos da janela de oportunidades gerada pela crise econômica, que nos permitiu conquistar novos clientes de baixo perfil de risco e que antes eram servidos pelos grandes bancos, atualmente mais conservadores na concessão de crédito. Entretanto, mantivemos um nível conservador de risco devido à fragilidade generalizada da saúde macroeconômica do país, impedindo o crescimento real dos ativos de crédito neste semestre.

A linha de provisões para créditos de liquidação duvidosa teve alta expressiva, com crescimento de 115,24%, se comparado com igual período do ano passado, em grande parte em decorrência de um contexto de perda de liquidez e de faturamento das empresas que acarretou atrasos pontuais nas operações de crédito e uma forçada reclassificação por questões técnicas, legais e prudenciais por parte desta administração. Consequentemente, o resultado operacional ajustado pela PCLD atingiu R\$ 2,09 Milhões, enquanto o resultado final, afetado pelo aumento desta rubrica, encerrou o semestre com um prejuízo líquido na ordem de R\$ 844 mil.

A captação de recursos, por meio da emissão de títulos e valores mobiliários, neste primeiro semestre de 2017 teve uma evolução de 35,9% em relação a igual período do ano passado, fechando com R\$ 75,7 Milhões. O mercado continua extremamente líquido do ponto de vista de *funding* para a instituição, mas com pouca demanda para crédito de boa qualidade, o que nos permitiu reduzir o “apetite” por captações de novos recursos de investidores, enquanto aguardamos uma melhora no cenário macroeconômico e nos setores onde atuamos mais ativamente.

2. Panorama Econômico e Segmentação

A conturbada agenda política deste semestre descolou definitivamente da economia mostrando o quanto é imprescindível seguir em frente com a atividade econômica do país, que apesar de ainda muito fraca, não pode parar em função das idas e vindas nos corredores de Brasília. A recessão dá sinais de arrefecimento no ambiente doméstico e, os principais vetores da econômica já não estão em queda, começando a se estabilizar com viés para a mudança de tendência. O mercado de trabalho já não está em queda e há uma pequena melhora no nível de confiança dos agentes econômicos.

O Comitê de Política Monetária continuou neste semestre a baixar a taxa básica de juros (Selic), sinalizando uma percepção de melhora nos preços sem grandes pressões inflacionárias. O crédito também segue escasso e caro, quadro que não deve se alterar enquanto a inadimplência continuar alta. O déficit público é o principal componente de uma conta difícil de fechar e por essa razão se aguarda, num cenário de curto prazo, novos programas de privatizações e reformas, como a previdência, a política e a reforma tributária. Estes fatores ainda impactarão os mercados de crédito e adicionarão volatilidade aos mercados financeiros em geral.

A Socinal, sempre focada na gestão de seus ativos, reavalia constantemente sua atuação de forma a não pressionar seus limites de exposição e usando sua estrutura para a prestação de serviços focados em geração de receitas de tarifas, de forma a não comprometer sua alavancagem ou aumentar seu risco de exposição em cenários desafiadores de risco de crédito, ainda muito alto.

3. Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança Corporativa

A Socinal Financeira detém uma estrutura de controles internos compatível com seus processos e procedimentos de segurança operacional, de crédito, de controle de liquidez e da segurança da informação. O comitê de Controles Internos avalia periodicamente os relatórios de auditoria interna e externa, os controles eletrônicos e de processos, contribuindo assim para que este se atualize conforme demandam suas necessidades de controle e prevenções.

A Gestão de Riscos se dá através de uma estrutura simples e objetiva. Os integrantes do comitê de controles internos e riscos reúnem-se periodicamente, deliberando sobre os assuntos pertinentes a normas e procedimentos (risco operacional), e sobre captação, liquidez e preços de mercado (risco de liquidez e de mercado), além da avaliação periódica da carteira de crédito e dos principais indicadores de concentração, preços, inadimplência e segmentação.

As decisões ali tomadas são postas em prática imediatamente, mitigando assim os níveis de riscos a que estaria exposta a instituição. A Socinal conta ainda com diretrizes de Governança Corporativa que, exercidos pelo comitê de controles internos e risco, visa proteger o patrimônio da Instituição, incrementar, sugerir e apoiar ações éticas e de boa governança entre todos os participantes diretos e indiretos da Instituição, incentivando, facilitando e monitorando práticas de *disclosure* em todos os meios formais de comunicação.

Agradecemos o apoio de todos os acionistas, colaboradores, clientes, investidores e parceiros.

A Administração.

Araruama/RJ, 16 de agosto de 2017.

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)**

Ativo	Notas explicativas	30/06/2017	30/06/2016
Circulante			
Disponibilidades		4.109	322
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3	5.200	5.900
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.200	5.900
Operações de Créditos		32.811	24.795
Operações de Créditos		32.811	24.795
Setor Privado	4	34.682	25.696
(-) Prov. p/ Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa		(1.871)	(901)
Outros Créditos	5	6.389	8.596
Diversos		6.389	8.596
Outros Valores e Bens	6	779	
Bens não de Uso		779	
Total do ativo circulante		49.288	39.613
Não circulante			
Operações de Créditos		43.352	30.748
Operações de Créditos		43.352	30.748
Setor Privado	4	45.824	31.865
(-) Prov. p/ Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa		(2.472)	(1.117)
		43.352	30.748
Imobilizado Líquido		174	87
Total do ativo não circulante		43.526	30.835
Total do Ativo		92.814	70.448

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas explicativas	30/06/2017	30/06/2016
Circulante			
Depósitos	7.1	4.123	4.288
Depósitos a Prazo		4.123	4.288
Recursos e Aceites Cambiais	7.2	17.770	36.339
Recursos e Aceites Cambiais		17.770	36.339
Outras Obrigações	7.3	5.844	1.845
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados		90	48
Sociais e Estatutárias		795	-
Fiscais e Previdenciárias		2.157	1.683
Diversas		2.802	114
Total do passivo circulante		27.737	42.472
Não circulante			
Depósitos	7.1	22.245	5.241
Depósitos a Prazo		22.245	5.241
Recursos e Aceites Cambiais	7.2	31.532	9.794
Recursos e Aceites Cambiais		31.532	9.794
Total do passivo não circulante		53.777	15.035
Patrimônio Líquido			
Capital social		12.000	12.000
Reservas de lucros		144	941
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(844)	-
Total do patrimônio líquido	9	11.300	12.941
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		92.814	70.448

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>01/01 a 30/06/2017</u>	<u>01/01 a 30/06/2016</u>
Receita da Intermediação Financeira		10.591	8.508
Operações de Créditos		10.309	8.302
Resultado de Oper. c/ Títulos e Vtrs. Mobiliários		282	206
Despesas da Intermediação Financeira		(8.137)	(4.690)
Operações de Captação no Mercado		(5.197)	(4.130)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.940)	(560)
Resultado bruto da Intermediação Financeira		2.454	3.818
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(1.605)	(1.765)
Receitas de Prestação de Serviços		1.457	-
Despesas de Pessoal		(765)	(470)
Outras Despesas Administrativas	10	(1.345)	(1.153)
Despesas Tributárias		(399)	(213)
Outras Receitas Operacionais		5	71
Outras Despesas Operacionais	11	(558)	-
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		849	2.053
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.693)	(1.164)
Provisão para Imposto de Renda	8	(935)	(641)
Provisão para Contribuição Social	8	(758)	(523)
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre	8	(844)	889
Quantidade de ações		9.500	9.500
Resultado por ação		(0,089)	0,094

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízo) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial de Lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	12.000	52	-	-	12.052
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	889	889
Destinações do Lucro:					
Reservas	-	45	-	(45)	-
Reserva Especial de Lucros	-	-	844	(844)	-
Saldos em 30 de Junho de 2016	12.000	97	844	-	12.941
Saldos em 31 de dezembro de 2016	12.000	97	47	-	12.144
Prejuízo Líquido do Semestre	-	-	-	(844)	(844)
Saldos em 30 de Junho de 2017	12.000	97	47	(844)	11.300

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido	(844)	889
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e Amortizações	12	9
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.238	(181)
Resultado ajustado	406	717
Variações nas contas do Ativo e do Passivo		
(Aumento) Redução de Operações de Crédito	(14.392)	(14.738)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	1.569	(7.040)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(778)	10.003
Aumento (Redução) em Depósitos a prazo	17.638	(2.523)
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos	(3.710)	18.319
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	1.092	499
	1.419	4.520
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.825	5.237
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(16)	(55)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento	(16)	(55)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de lucros	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.809	5.182
Demonstração da variação nas disponibilidades		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.500	1.040
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	9.309	6.222
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.809	5.182

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado)

1- Contexto Operacional

A Socinal S.A – Crédito, Financiamento e Investimento é uma instituição financeira de capital fechado e vem operando como instituição de crédito, financiamento e investimento desde abril/2009. A carteira de maior expressão em crescimento operacional é a de crédito ao segmento de pequenas e médias empresas, com destaque nos setores de serviço e indústria, visando fomentar as atividades produtivas nas regiões de atuação. A Instituição vem priorizando a produção de crédito a estes segmentos, abrindo oportunidades relevantes para sua estratégia operacional de atuação focada nas empresas do norte fluminense. A Socinal mantém em seu portfólio operações de crédito ao capital de giro e desconto de duplicatas mercantis. A captação de recursos de terceiros se dá basicamente na emissão de Aceite de Recursos Cambiais - Letras de Câmbio, Recibos de Depósito Bancário – RDB's se utilizando da estrutura própria ou terceirizada em corretoras de valores de expressiva idoneidade e penetração no mercado de investidores institucionais. A Socinal ainda tem colocado títulos auto liquidáveis de Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE tipo – I e não optou por fazer emissões para captações de DPGE tipo – II apesar das condições favoráveis de demanda por estes títulos.

2- Apresentação das Demonstrações Financeiras e descrição das principais práticas contábeis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

Assim, as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2017, foram elaboradas de acordo com instruções específicas do BACEN e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A emissão dessas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Financeira em 16/08/2017.

O comitê de pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Desta forma, a Socinal na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo (BACEN):

- Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

(a) Apuração do resultado

A Socinal apura o seu resultado pelo regime contábil de competência, ajustando o mesmo com a apuração do imposto de renda e da contribuição social, incidentes sobre o lucro tributável do período.

(b) Caixa

O Caixa é representado pelas disponibilidades em depósitos bancários, utilizado diariamente mediante necessidade da instituição.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registram-se aqui os investimentos dos recursos aplicados no mercado interbancário de curto prazo com liquidez diária (CDI's). O saldo apresentado é o somatório do valor presente de cada investimento, calculado "pro rata die" pelos respectivos indexadores e taxas de juros. Nota (3)

(d) Operações de Crédito

Carteira composta dos produtos de Crédito Pessoal - Consignado em Folha e Crédito Pessoal – 11,74%, Capital de Giro e Desconto de Títulos – 59,60%, Empréstimo na modalidade de Operações Ativas Vinculadas – 27,40% e Financiamento Imobiliário – 1,26%. Desse total, 5,40% estão provisionados como créditos de liquidação duvidosa. Todas as operações de crédito possuem classificação de risco definida e normatizada dentro das premissas estabelecidas pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional – CMN e são regidas por uma política de crédito aprovada e editada pela administração levando-se em consideração: os limites operacionais legais; as condições microeconômicas e setoriais do devedor, sua situação econômico-financeira e os riscos específicos de cada operação; suas garantias e seus garantidores. A classificação das operações vencidas segue estritamente os critérios definidos no artigo 4º da mesma Resolução. (Nota 4).

(e) Outros Créditos

Valores correspondentes ao saldo de adiantamento a funcionários, devedores diversos – país e os impostos e contribuições a compensar. (Nota 5)

(f) Outros Valores e Bens

Valores relativos a realização de garantias, na forma de dação de pagamento, advindas de baixa de financiamentos imobiliários com a respectiva retomada dos imóveis, para posterior realização. A Instituição vem conduzindo a formalização adequada para esses processos, ao abrigo da Circular BACEN nº 1273. Esses imóveis foram submetidos a avaliação de profissionais por meio de contratação de empresa especializada. (Nota 6)

(g) Imobilizado

Para a depreciação do seu ativo imobilizado utiliza-se o método de cálculo linear, com base na taxa anual de 10% para instalações e móveis e equipamentos de uso, e de 20% para os sistemas de processamento de dados e de transporte.

(h) Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos, considerando nestes os encargos incorridos com base em cálculo "pro rata die", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, e/ou atualização por correção monetária, quando aplicável. Incluídos neste contexto os saldos das contas Depósitos a Prazo, Recursos de Aceites Cambiais, Empréstimos no País – Outras Instituições e, Outras Obrigações. (Nota 7)

(i) Imposto de Renda, Contribuição Social e demais Tributos.

No 1º semestre de 2017 e no 1º semestre de 2016 foram constituídas as provisões para o imposto de renda à alíquota-base de 15% do resultado tributável, acrescida do adicional de 10%, e a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado foi constituída à alíquota de 20%, conforme Regulamento do Imposto de Renda e atualizações.

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	20% ¹
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%

A MP nº 627/2013, convertida na Lei nº 12.973 de 13/05/2014, trouxe a adaptação da Receita Federal do Brasil às regras do Imposto de Renda e da Contribuição Social para as empresas do Lucro Real e Lucro Presumido, segundo as novas práticas contábeis brasileiras introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, que tornaram obrigatórios os padrões internacionais de contabilidade do IFRS para todas as empresas do País.

As novas regras entraram em vigor a partir de 01/01/2015, não optando a instituição pela adoção antecipada no ano-calendário de 2014, por não se enquadrar em nenhum benefício fiscal. A instituição não prevê impactos significantes dos efeitos da nova legislação sobre as suas demonstrações contábeis, mantendo a neutralidade tributária estabelecida pelo Regime Tributário de Transição (RTT). (Nota 9)

¹ A partir de setembro de 2015, a Lei 13.169/2015 alterou o artigo 3º da Lei 7.869/1988, elevando a alíquota da CSLL, para: 20% no período compreendido entre 01/09/2015 e 31/12/2018, e 15% a partir de 1º/01/2019.

3- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Demonstrativo simplificado do saldo:

Cert. Dep. Interbancário	30/06/2017	30/06/2016
Banco Paulista	2.000	2.800
Banco Daycoval	1.700	2.800
Banco Brasesco	1.500	300
Total	5.200	5.900

4- Operações de Crédito

Quadros demonstrativos contendo a distribuição das carteiras de créditos por setor e atividade econômica, composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, e operações lançadas para prejuízo.

ATIVIDADE ECONOMICA	VENCIDA	A VENCER						Jun-2017	Jun-2016
		ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <		
SETOR PRIVADO	2.526	14.781	23.563	26.307	6.591	6.738	-	80.506	57.561
INDUSTRIA	11	30	58	154	19	-	-	272	1.262
COMÉRCIO	992	2.782	4.255	6.597	2.040	631	-	17.297	19.513
OUTROS SERVICOS	792	3.646	5.718	7.533	2.989	3.927	-	24.605	26.214
PESSOA FÍSICA	731	8.323	13.532	12.023	1.543	2.180	-	38.332	10.572
TOTAL	2.526	14.781	23.563	26.307	6.591	6.738	-	80.506	57.561
Ativo Circulante								34.682	25.696
Ativo Não Circulante								45.824	31.865

POR TIPO DE PESSOA

TIPO DE PESSOA	A VENCER							Jun-2017	Jun-2016
	VENCIDA	ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <		
PJ	1.795	6.458	10.031	14.284	5.048	4.558	-	42.174	46.989
PF	731	8.323	13.532	12.023	1.543	2.180	-	38.332	10.572
TOTAL	2.526	14.781	23.563	26.307	6.591	6.738	-	80.506	57.561

POR REGIAO

REGIAO	Jun-2017	Jun-2016
NORTE	-	-
NORDESTE	-	-
CENTRO-OESTE	-	-
SUL	-	-
SUDESTE	80.506	57.561
TOTAL	80.506	57.561

POR PRODUTO

CARTEIRAS	Jun-2017	Jun-2016
CONSIGNADO/CRÉDITO PESSOAL	9.451	5.576
EMPRÉSTIMOS OPERAÇÕES ATIVA VINCULADAS	22.060	-
FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO	1.011	71
CAPITAL DE GIRO/TÍTULOS DESCONTADOS	47.984	51.914
TOTAL	80.506	57.561

Saldo da carteira	2017/06	% Concentração	Provisão	% Provisão
Ops Ativas Vinculadas	22.060	28%	118	0,53%
Total da Carteira	80.506		4.343	5,39%

Ticket Médio da carteira - 2017/06	Nº operações	Ticket Médio	Prz Originação	Duration
Ops Ativas Vinculadas	311	25	24 meses	9 meses
Total da Carteira	984	48	36 meses	34 meses

RISCO	PROVISÃO	Jun-2017		Jun-2016	
		Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
AA	0%				
A	0,50%	57.045	285	47.158	236
B	1,00%	8.440	84	2.680	27
C	3,00%	5.249	157	1.894	57
D	10,00%	6.468	646	4.259	426
E	30,00%	111	33	326	98
F	50,00%	106	53	65	33
G	70,00%	8	5	127	89
H	100,00%	3.079	3.079	1.052	1.052
TOTAL		80.506	4.343	57.561	2.018
Ativo Circulante		34.682	1.871	25.696	901
Ativo Não Circulante		45.824	2.472	31.865	1.117

OPERAÇÕES LANÇADAS PARA PREJUÍZO

SALDO 1º SEM 2016	3.915
BAIXAS PARA PREJUÍZO	1.173
RENEGOCIADAS	-
RECUPERADAS	(835)
SALDO FIM 1º SEM 2017	5.923

5- Outros Créditos.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
¹ Adiantamento e Antecipações Salariais	403	230
² Adiantamento a Fornecedores	114	155
³ Cheques a Receber	-	259
⁴ Impostos e Contribuições a Compensar	549	435
⁵ Devedores Diversos – Pais	403	647
⁶ Títulos e Créditos a receber	4.920	6.870
Total	6.389	8.596

¹ Saldo da conta Adiantamento e Antecipações Salariais em decorrência da distribuição de lucro no mês de encerramento do semestre.

² Adiantamento realizado a fornecedores referente a nova infraestrutura da sede, na qual será dado quitação na conclusão do serviço contratado.

⁴ Representada por impostos e contribuições antecipadas para compensação futura.

⁵ Representado de valores a receber de repasses os órgão referente a operações de crédito consignado.

⁶ Saldo transferido da conta Bens não de Uso recebido conforme orientação do Bacen.

6- Bens não de Uso Próprio

Em 30 de junho de 2017, estão assim demonstrados:

Natureza	Saldo 30/06/2017	Saldo 30/06/2016
Imóveis	779	-

Correspondentes a bens móveis disponíveis para venda recebidos em dação de pagamento, não utilizados no desempenho da atividade social, em razão da perda de recebimento de créditos registrados como prejuízo. Serão ajustados a valor de mercado de acordo com as normas vigentes.

7- Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Os valores registrados nos subgrupos estão representando as rubricas abaixo descritas.

7.1 Depósitos à Prazo

	30/06/2017	30/06/2016
RDB - Recibo de Depósito Bancário	23.633	2.365
DPGE - Depósito Prazo c/ Garantia Especial	2.735	7.164
Total	26.368	9.529
Passivo circulante	4.123	4.288
Passivo não circulante	22.245	5.241
Total	26.368	9.529

7.2 Letras de Câmbio

	30/06/2017	30/06/2016
LC - Recurso de Aceite Cambial	49.302	46.133
Total	49.302	46.133
Passivo circulante	17.770	36.339
Passivo não circulante	31.532	9.794
Total	49.302	46.133

7.3 Outras Obrigações

	30/06/2017	30/06/2016
(i) Cobrança e Arrecadação Tributárias	90	48
(ii) Juros sobre o Capital Próprio	795	-
(iii) Fiscais e Previdenciárias:	2.157	1.683
IRRF sobre juros ao capital	141	-
IRPJ a recolher	935	830
CSL a recolher	881	725
Impostos e contrib. s/serviços de terceiros	37	39
Impostos e contrib. s/salários	37	26
Outros	126	63
(iv) Diversas (a)	2.802	114
Total (i+ii+iii+iv)	5.844	1.845

(a) Valores referentes à provisão de férias, repasses e outras obrigações.

8- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Resumo da apuração do IRPJ e CSLL, conforme RIR/99.

Cálculo IRPJ e CSLL		30/06/2017	30/06/2016
7.0.0.00.000 - Receitas	(+)	12.054	8.579
8.0.0.00.000 - Despesas	(-)	(11.205)	(6.526)
Resultado antes do I.R. e C.S.		849	2.053
Juros sobre o capital próprio			-
Adições	(+)	2.941	560
Exclusões	(-)	-	-
Base tributável		3.790	2.613
I R	15%	569	392
I R Adicional	10%	367	249
IRPJ Devido		935	641
CSLL Devida	20%	758	523
Lucro (Prejuízo) do semestre		(844)	889

A Lei 13.169/2015, a partir de setembro de 2015 alterou o artigo 3º da Lei 7.869/1988, para elevar a alíquota da CSLL, para 20% no período compreendido entre 01/09/2015 e 31/12/2018.

9- Patrimônio Líquido

Capital Social: subscrito e integralizado em 30 de junho de 2017 está representado por 9.500.000 de ações no valor de R\$ 1,26 cada uma, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Juros sobre capital próprio/Dividendos: Conforme o artigo 20 do estatuto, os lucros líquidos terão a destinação que lhes for determinada pela Diretoria, observando o disposto na Lei 6.401/76.

O Patrimônio Líquido está assim apresentação:

	30/06/2017	30/06/2016
Patrimônio Líquido	11.300	12.941
Capital Social	12.000	12.000
¹ Reserva de Lucros	144	941
Lucro ou (Prejuízo) do semestre	(844)	-

¹ Redução relativa a compensação do prejuízo do segundo semestre de 2016.

10- Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Despesa de Água, Energia e Gás	22	10
Despesa de Aluguéis	32	87
Despesa de Comunicação	16	17
Despesa de Manutenção e Conservação	-	155
Despesa de Material	17	7
Despesa de Processamento de Dados	142	108
Desp. Propaganda e Publicidade / Rel. Públicas	56	51
Despesa de Serviços do Sistema Financeiro	109	44
Despesa de Serviços de Terceiros	79	114
Despesa de Serviços de Vigilância e Segurança	1	1
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	475	359
Despesa de Transporte	1	3
Despesa com Viagens	20	28
Outras Despesas Administrativas	363	160
Despesa de Depreciação	12	9
Total	1.345	1.153

Composto significativamente por despesa com Processamento de Dados, Consultoria Jurídica e Financeira e Outras Despesas Administrativa.

11- Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Outras Despesas Operacionais	558	-

Despesas relativas a “serviços prestados por correspondentes bancários, resultante do novo segmento de crédito online, promovido por *startup* de serviços financeiros”.

12- Basiléia

Limites Operacionais

Adequação ao novo acordo de capitais (Basileia III)

A partir de 1º de Outubro de 2013 entrou em vigor a terceira fase do acordo de Basileia com as novas regras que consolidam no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras. Conhecidas em seu conjunto por Basileia III (BIII) e editadas pelo Conselho Monetário Nacional em Março de 2013 as Resoluções 4.192 e 4.193 e os demais conjuntos de normativos regulam e definem as novas regras que buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. O aumento da quantidade e qualidade do capital regulamentar mantido por instituições financeiras visa a reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias, e os seus consequentes custos para a economia real.

12.1 - INDICADORES DE RISCO (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

Descrição	Jun-2017	Jun-2016
Patrimônio de Referência - Nível I	11.300	12.941
Instrumento Híbrido de Capital		
Patrimônio de Referência - Nível II		
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	11.300	12.941
Patrimônio de referência (a)	11.300	12.941
<u>Alocação Capital por risco</u>		
RWAcpad - crédito	51.636	53.371
RWAmint - Mercado	0	0
RWAopad - operacional	11.853	9.145
Patrimônio de referência exigido (b)	5.873	6.173
Margem (a - b)	5.427	6.767
Rban - Juros carteira não negociável ('c)	581	545
Margem (a - b - c)	6.454	6.718
Ativo ponderado pelo risco (*) (d)	63.489	62.516
Índice de Basiléia (a/d)	17,80%	20,70%

(*) A partir de 1º de outubro de 2013, através das Resoluções nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração das parcelas do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.

Para apuração do índice de Basiléia, adotou-se a seguinte fórmula:

$$Basiléia = \left(\frac{pre}{rwa} \right) \times 100$$

12.1 - DETALHAMENTO DAS MARGENS DE REQUERIMENTO RELATIVAMENTE AO RWA - BASILÉIA III

Conta DLO		2017
101	Patrimônio de referência para comparação com o rwa	11.300
100	Patrimônio de referência (PR)	11.300
105	EXCESSO DOS RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	0
107	CAPITAL DESTACADO PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	0
900	Ativos ponderados por risco (rwa)	63.489
700	Rwa para risco de crédito por abordagem padronizada - rwacpad	51.636
770	Rwa para risco de mercado	0
870	Rwa para risco op. abordagem padronizada - rwaopad - (bia)	11.853
950	Margem sobre o patrimônio de referência requerido	5.427
910	Patrimônio de referência mínimo requerido para o rwa	5.873
951	Margem sobre o patrimônio de referência nível 1 requerido	7.490
103	Patrimônio de referência nível i para comparação com rwa	11.300
110	Patrimônio de referência nível i	11.300
920	Patrimônio de referência nível i mínimo requerido para o rwa	3.809
952	Margem sobre o capital principal requerido	8.443
104	Capital principal para comparação com rwa	11.300
111	Capital principal – cp	11.300
930	Capital principal mínimo requerido para o rwa	2.857
953	Margem sobre o PR considerando a Rban	4.846
911	Patrimônio referência mínimo requerido para o rwa e para Rban	6.454
890	Valor correspondente ao Rban	581
931	Capital principal mínimo requerido instrum. elegíveis cap complementar	3.254
932	Capital principal mínimo requerido instrum. elegíveis nível ii	2.857
940	Adicional de Capital Principal - Mínimo requerido para o RWA	1.587
941	Margem para verificação do Adicional Capital Principal	4.846
942	Adicional de conservação do Capital Principal	794
943	Adicional contracíclico de Capital Principal (RWA Não Público e Não Bancário)	794
944	Adicional sistêmico de Capital Principal	0
954	Margqm sobre adicional de Capital Principal	3.259
960	Margem ou Insuficiência Limite de imobilização	5.475

A partir de 1º de outubro de 2013, através das Resoluções nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.

A apuração dos requisitos mínimos de capital passa a ser estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras:

- I. 4,5% para o Capital Principal, que é composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos;
- II. 6,0% para o Nível I, que é composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e
- III. 9,875% para o total do PR, que é composto pelo Nível I e por outros instrumentos subordinados capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Gerenciamento de risco

A gestão de riscos da Socinal é resultado do esforço constante de modernização dos processos integrados há ações de controle sistêmicos e gerenciais, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, de liquidez, operacional e adequação de Capital aos negócios da instituição, mantendo-os dentro dos limites legais e prudenciais de mercado. A área de gestão de riscos está subordinada ao comitê de Controles Internos da instituição (CCI) constituído dos acionistas que analisam e deliberam semestralmente os relatórios da área.

I - Risco de Mercado – A Socinal utiliza de políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado, com limites operacionais e de exposição definidos em normativos específicos e aprovados pelo comitê de controles internos e risco, dentro de critérios aceitáveis e compatíveis com a estrutura patrimonial da instituição, controlados e gerenciados periodicamente pela área de compliance e risco. A instituição, até o presente momento, não tem posições ativas em moeda estrangeira, índice de preços ou taxas flutuantes. Seus ativos de crédito são classificados na carteira de **não** negociação, a taxas prefixadas e seus passivos são remunerados a taxas pré-fixadas ou atrelados à variação do CDI (certificado de depósito interbancário). A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado previsto no art. 6º da Resolução CMN 3464/07, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

II - Risco de Crédito - As ações que norteiam as políticas de risco de crédito baseiam-se em regras de concessão, limites operacionais, controles sistêmicos, critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, “*credit score*” e níveis de inadimplência e taxas de retorno. Adota-se a prática de constituição de provisões para perdas de crédito para cada operação considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. Todas as operações são classificadas por alçada e submetidas ao comitê de crédito respectivo para avaliação qualitativa e quantitativa, levando em conta os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, da operação e do grupo econômico. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto no art. 7º da Resolução CMN 3721/09, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br.

III - Risco de Liquidez - A política de gestão do risco de liquidez visa administrar e prover a solvência da instituição estabelecendo os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto no art. 6º da Resolução CMN 4090/12, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

IV - Risco Operacional – A gestão do Risco Operacional é de grande relevância dentro da instituição devido aos inúmeros processos manuais e de controle advindos de diversas linhas de produtos e serviços oferecidas em seu portfólio. A melhoria dos controles e internos e o treinamento e suporte às áreas de negócio tem permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e conseqüentemente na redução do comprometimento do capital. Quanto à segurança da informação a instituição conta com processos adequados e compatíveis com seu porte no tocante a geração e guarda de backups e documentação de suas operações. A Socinal adota a abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração da parcela de patrimônio de referência exigido para risco operacional (Popr). A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional previsto na Resolução CMN 3380/06, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

V - Risco de capital – A Socinal estabeleceu suas diretrizes e regras para a estrutura e o gerenciamento do capital com base na Resolução do CMN 3988/2011. Todo o processo visa: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e mantendo uma postura proativa, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado. As operações realizadas pela instituição se caracterizam como “banking” e sua tesouraria está dedicada à remuneração do capital próprio e a prestação de serviços aos clientes. Tais operações não são realizadas com intenção de negociação ou de hedge das referidas posições, portanto, não se enquadram no conceito de Carteira de Negociação nos termos da definição do Banco Central do Brasil – BACEN. O gerenciamento de riscos das operações da Socinal são realizados por meio de políticas internas e de seus comitês de controle internos (CCI) e comitê Executivo de Negócios (CEN), que com base nos normativos (NP’s) monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos operacionais, de mercado, liquidez e crédito. Para tal se utiliza de: 1- Modelo proprietário de orçamento e fluxo de caixa, provisões e indicadores de performance; e modelo proprietário de acompanhamento de risco de mercado e precificação das carteiras ativas e passivas a preços de mercado, viabilidade de cenários e teste de

estresse definidos na Circular Bacen 3365/07 e usados para mensurar o risco da variabilidade das taxas de juros. As premissas e parâmetros para a gestão dos risco de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br.

VI - Risco Socioambiental – Atendendo às disposições da Resolução nº 4327 do Banco Central do Brasil de 25/04/2014, a qual dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental, a Socinal aprovou em julho de 2015 sua política de gestão do risco socioambiental e adotou o critério de atuar com responsabilidade social e agir de maneira ética e transparente em todas as suas esferas e, através de seu negócio contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. A política aprovada, a estrutura e a gestão destes riscos estão detalhados em nosso site www.socinal.com.br em normativos internos. Os controles internos e os relatórios anuais estão disponíveis aos auditores externos e ao Banco Central do Brasil.

DIRETORIA

Ângela Maria Martins da Silva
Maria Madalena América Marinho

CONTADORA

Vanessa Pires Antunes
CRC RJ: 086427/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
SOCINAL S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2017.



Consult Audi Auditoria & Consultoria Empresarial
CRCMG – 007153/O-0

José Miguel Barros de Rezende
Contador CRCMG 056269/O-1